

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E O FORTALECIMENTO DA GESTÃO ESCOLAR

Mônica Vasconcelos de ARAUJO¹

Ana Lúcia Gomes de BARROS²

RESUMO

Este estudo visa entender a escola como espaço de construção coletiva das ações pedagógicas, enquanto objeto de fortalecimento da cidadania entre todos os envolvidos no cotidiano escolar. Nessa perspectiva, realizou-se a revisão e a reelaboração do Projeto Político Pedagógico de uma escola da rede municipal de ensino, a partir do Projeto de Intervenção, que resultou no envolvimento de toda comunidade escolar com o objetivo de promover a participação coletiva e democrática, na intenção de afirmar a escola pública como ferramenta de transformação humana para a prática da vida cidadã. Com base nos resultados obtidos, observou-se que a continuidade do processo de integração da comunidade escolar no desenvolvimento da gestão democrática da escola, tende a proporcionar o alcance nos objetivos elencados para a execução do Projeto Político Pedagógico reelaborado à luz da participação coletiva.

Palavras chaves: Gestão Democrática. Participação Coletiva. Projeto Político Pedagógico

INTRODUÇÃO

A escola pública, ao longo do contexto histórico brasileiro vem se apresentando como foco de estudos direcionados aos instrumentos que subsidiam o desenvolvimento da aprendizagem e a qualidade do ensino, dentre estes está o Projeto Político Pedagógico (PPP).

Nesse sentido, o PPP se apresenta, enquanto instrumento norteador dos rumos da escola, como principal subsídio em prol da melhoria dos processos educacionais que permeiam o desenvolvimento das atividades pedagógicas e que relativamente tendem a gerar impactos significativos na qualidade da educação pública a nível municipal, estadual e nacional.

Inicialmente, a pesquisa foi desenvolvida a partir do interesse em entender a relação do Projeto Político Pedagógico com a comunidade escolar e local durante o processo de elaboração e como se deu a execução. A aflição diante da situação encontrada na referida escola proporcionou a reflexão acerca de como a essência da escola pública e democrática

¹ Professora de História da rede pública de ensino de Marechal Deodoro; Especialista em Geo-História e Especialista em Gestão e Educação Ambiental.

² Professora da Prefeitura Municipal de Matriz do Camaragibe. Presidente do Núcleo Regional do SINTEAL, com sede em Matriz de Camaragibe. Licenciatura plena em Letras (Português-Inglês e respectivas literaturas). Especialização em Psicopedagogia. Especialização em Gestão e Planejamento educacional. Mestrado em Ciências da Educação.

perdia-se naquele espaço. A harmonia entre os segmentos escolares não se fazia perceptível e as decisões coletivas soavam esquecidas. A escola se apresentava como um espaço de decisões envolvendo poucos, comprometendo a alma democrática daquele ambiente educativo e limitando o crescimento pedagógico. A análise dos fatos que levaram essa instituição de ensino a perder a luz e o brilho da transformação humana de centenas de educandos enfatizou a necessidade de desenvolver este estudo.

O estudo tem como objetivo geral entender, a partir da análise do processo de elaboração e execução do PPP, a relação da escola com a comunidade escolar e local na construção da gestão democrática e da cidadania. Diante dessa necessidade, fez-se necessário elencar alguns objetivos específicos: promover a participação dos segmentos da escola no processo de implementação do Projeto Político Pedagógico; viabilizar a operacionalização e funcionalidade do Projeto Político Pedagógico; proporcionar a todos os segmentos da escola, o conhecimento sobre a importância do PPP, a necessidade da avaliação processual e contínua acerca do projeto.

Dessa forma, analisando tanto o processo de elaboração quanto a execução do projeto foi possível identificar lacunas que levaram à seguinte inquietação: será que o Projeto Político Pedagógico foi construído de forma coletiva, com a participação e o envolvimento dos segmentos escolares e garante a efetiva identidade da comunidade escolar e local?

O processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico necessita ser construído contemplando não apenas um rol de conteúdos e se limitando a ser arquivado e servir como o cumprimento de exigências meramente burocráticas, nesse sentido:

A gestão democrática implica principalmente o repensar da estrutura de poder da escola, tendo em vista sua socialização. A socialização do poder propicia a prática da participação coletiva, que atenua o individualismo; da reciprocidade, que elimina a exploração; da solidariedade, que supera a opressão; da autonomia, que anula a dependência de órgãos intermediários que elaboram políticas educacionais das quais a escola é mera executora (VEIGA, 2002, p. 3).

Nesse processo, a participação dos sujeitos que fazem parte da escola é uma forma de socializar as necessidades a partir do conhecimento de cada segmento que compõem a comunidade escolar. Os elementos norteadores de uma gestão democrática estão implícitos na participação coletiva com a responsabilidade de alcançar melhorias, não apenas para o cotidiano escolar como também para a aprendizagem que requer uma preparação para a vida. Então,

Trata-se de enfrentar o desafio de constituir uma gestão democrática que contribua efetivamente para o processo de construção de uma cidadania emancipadora, o que requer autonomia, participação, criação coletiva dos níveis

de decisão e posicionamentos críticos que combatam a ideia burocrática de hierarquia. (BRASIL, 2004, p.24).

Alunos, professores, funcionários, pais e mães fazem parte de um conjunto de conhecimentos que necessitam de estímulo e oportunidade, no sentido de pensarem a escola como espaço de reflexão, ação e resultados. Para pensar a escola nessa perspectiva, todos os atores necessitam fazer parte do diálogo rumo à concepção de uma escola democrática. Isso implica em refletir que é através do Projeto Político Pedagógico da escola que de fato é fortalecida a democracia escolar. Acredita-se que a escola sempre teve forte relação com a sociedade, isso remonta pensar o quanto essa instituição é nobre, pois formar o ser humano é desafiador e ao mesmo tempo enobrece a alma de quem o faz.

Este trabalho é resultado de um estudo desenvolvido no cotidiano escolar, sobre o PPP de uma escola pública, cujo documento existe de fato. No entanto, o processo de elaboração representa um dos elementos essenciais nessa investigação. E, pretende-se identificar à luz de uma construção democrática, as implicações desse processo no desenvolvimento da aprendizagem. Nesse sentido, a reelaboração possibilitou o envolvimento dos segmentos escolares e que culminou em um documento capaz de garantir a identidade democrática, tanto da comunidade escolar quanto da comunidade local.

4

O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PPP NO COTIDIANO ESCOLAR E A IDENTIDADE DA COMUNIDADE ESCOLAR E LOCAL

O Projeto Político Pedagógico é uma ferramenta imprescindível na escola. Ao nortear o fazer pedagógico e administrativo da escola, ele possibilita uma intimidade da gestão escolar no sentido de fortalecer o sucesso da escola. Nessa ótica, a visão da escola cidadã brilha como estrelas num universo de possibilidades. A Possibilidade de pensar, refletir e agir coletivamente faz da escola uma instituição de intensidade social, pois ela tem o poder da transformação humana a serviço de uma sociedade que almeja ser respeitada no seu espaço de convivência.

Vivenciar a escola atualmente com inúmeras situações remete elencar um problema que gera danos sociais para os (as) alunos (as) da Escola Pública: a construção individualizada do PPP, embora a existência desse documento na escola não refletisse a vivência da democracia no ambiente escolar, uma vez que a comunidade não se percebia

parte do contexto. Por isso, a necessidade de viabilizar um documento, no qual a identidade cidadã estivesse representada, parte do pressuposto que

A gestão democrática implica um processo de participação coletiva. Sua efetivação na escola pressupõe instâncias colegiadas de caráter deliberativo, bem como a implementação de escolha dos dirigentes escolares, além da participação de todos os segmentos da comunidade escolar na construção do projeto político-pedagógico e na definição da aplicação dos recursos recebidos pela escola (OLIVEIRA; MORAES; DOURADO, 2007, p.4).

De fato, a escola é um espaço no qual a democracia deve ser alimento do cotidiano escolar, um local de participação onde todas as vozes deverão ser ouvidas e que possam ser ecoadas numa dimensão de coletividade, em que o fazer escolar seja palco de todos os atores envolvidos, sendo assim o PPP não poderia ser um documento sem identidade numa democracia participativa, que:

[...] amplia e aprofunda a perspectiva do horizonte político emancipador da democracia. Isto é: uma democracia em que todos os cidadãos, como sujeitos históricos conscientes, lutam pelos seus direitos legais, tentam ampliar esses direitos, acompanham e controlam socialmente a execução desses direitos, sem deixar de cumprir, em contrapartida, os deveres constitucionais de todo cidadão. (BRASIL, 2004, p.16).

Portanto, enquanto a escola pública for palco de disputa de poder, a democracia tenderá a não se efetivar e cada cidadão e cidadã se distanciará de ver sua vontade expressa em atos concretos e seus direitos respeitados.

No processo de investigação, a reelaboração do documento deu ênfase à necessidade de conhecer o contexto e a relação da escola com a comunidade local.

A escola investigada atende 980 alunos das séries iniciais e finais do ensino fundamental. A mesma está inserida num povoado Massagueira que sofre a intervenção turística e uma crescente população de forma desordenada. Nesse contexto, o PPP analisado teve sua elaboração fragilizada pela ausência de ampla discussão dos elementos norteadores. Foi construído de forma pontual com a participação de alguns segmentos (professores e coordenação pedagógica escolar), distanciando da realidade local e da essência democrática do documento, uma vez que os segmentos alunos, pais e funcionários ficaram isentos do processo de construção tendo a necessidade de revisão documental e avaliação do documento.

Esse fato proporcionou ao PPP analisado a ausência de uma identidade com o contexto no qual a escola está inserida e influenciou de forma significativa nas dificuldades encontradas no desenvolvimento das atividades pedagógicas.

A análise em relação ao processo de elaboração do PPP estudado demonstrou a ausência de conhecimento da concepção dos valores e preceitos que regem a gestão democrática. Nesse caso,

[...] a articulação e a rediscussão de diferentes ações e programas, direcionados à gestão educacional, devem ter por norte uma concepção ampla de gestão que considere a centralidade das políticas educacionais e dos projetos pedagógicos das escolas, bem como a implementação de processos de participação e decisão nessas instâncias, balizados pelo resgate do direito social à educação e à escola, pela implementação da autonomia nesses espaços sociais e, ainda, pela efetiva articulação com os projetos de gestão do MEC, das secretarias, com os projetos político-pedagógicos das escolas e com o amplo envolvimento da sociedade civil organizada. (DOURADO, 2007, p. 924).

Para tanto, o procedimento da revisão com a participação efetiva de todos os segmentos que compõem a escola, de fato norteará as ações pedagógicas que irão fortalecer o ensino aprendizagem, elevando a uma educação socialmente referenciada. Assim sendo,

Para elaborar um projeto é necessário, então, considerar criticamente - com clareza, profundidade e abrangência, repetimos os limites e as possibilidades do contexto escolar, definindo os princípios norteadores da ação, determinando o que queremos conseguir, estabelecendo caminhos e etapas para o trabalho, designando tarefas para cada um dos sujeitos envolvidos e avaliando continuamente o processo e os resultados. (RIOS, 1982, p.75).

O fato é que a escola como espaço de decisões coletivas prover a possibilidade de discussões a que concerne pensar essa instituição de ensino como instrumento norteador dos fatores que promovem o desenvolvimento social e a construção de cidadãos críticos.

[...] As escolas se distanciam da comunidade e com isso perdem a oportunidade de aprender com ela e de colaborar para o seu desenvolvimento. O problema é que a cultura do silêncio e do fracasso passou a fazer parte da realidade escolar e compromete a comunicação dialógica entre as pessoas que lá estão. (Guimarães-IOSIF, 2009, p.95-96).

Uma gestão democrática não deve ser pautada em definições pontuais, pois sendo assim, concretiza-se o distanciamento de um ambiente escolar igualitário e promissor e impede que os saberes da comunidade local sejam aproveitados no cotidiano escolar.

Nesse caso, o processo de elaboração do PPP que não possibilita a participação coletiva da comunidade escolar, como foi identificado na escola investigada por meio de informações coletadas oralmente, através de entrevista, as quais demonstram a individualização de interesses, a fragilidade no processo de gestão e implicam no desconhecimento do papel de cada segmento na construção de uma escola pública cidadã e de qualidade socialmente referenciada. Isso é evidenciado quando analisamos a fala de uma professora que esteve presente no processo de construção do antigo PPP. Na oportunidade, esta revelou o seguinte:

“Eu não me via na construção desse documento, pois ele não fazia parte da escola, era apenas um documento que a escola tinha como formalização da Lei. Mas, a escola precisa de um bom planejamento e o PPP pode ajudar”. (Professora dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental).

A fala acima expressa o quanto os espaços tidos como escola são amputados da sua essência de criar, refletir e inovar nas concepções do saber a serviço da aprendizagem e da cidadania. E que a escola pública como foco dessa discussão amplia as possibilidades de oportunizar ao educador um espaço para demonstrar a visão de melhoria do seu trabalho pedagógico e da qualidade profissional que envolve a sua formação. Isso resulta em uma escola que de fato está a serviço da aprendizagem do (a) aluno (a).

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: A REELABORAÇÃO E OS DESAFIOS NUMA CONSTRUÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Pensar a gestão democrática a partir da elaboração do Projeto Político Pedagógico remonta à busca pela equidade dentro do ambiente escolar através da disseminação do pensamento crítico, não apenas pela contemplação ideológica de uma sociedade evoluída e bem-sucedida, mas pelo processo de edificação da criticidade, da construção, conhecimento e do aperfeiçoamento do exercício de construção da autonomia. Dessa forma, a reelaboração do PPP da escola em ênfase trouxe a clareza da democracia a serviço da melhoria do coletivo escolar.

Sendo assim, “[...] só é possível considerar o processo educativo em seu conjunto sob a condição de se distinguir a democracia como possibilidade no ponto de partida e democracia como realidade no ponto de chegada”. Saviani, (1982, p. 63).

Nesse contexto, educar é o permanente processo de integração de ideias e decisões coletivas, em que o cotidiano escolar deve ter como premissa o respeito à coletividade. Pensando assim, respeitar as decisões das representações dos segmentos, instituindo um PPP que, de fato, fosse um documento de conhecimento e aplicabilidade pedagógica, no qual, o sucesso escolar fosse o ponto de partida e de chegada do cotidiano da escola, não se registrava, nessa trajetória, a participação do Conselho Escolar. De fato,

Os Conselhos Escolares, ao assumirem a função de estimular e desencadear uma contínua realização e avaliação do projeto político-pedagógico das escolas, acompanhando e interferindo nas estratégias de ação, contribuem decisivamente para a criação de um novo cotidiano escolar, no qual a escola e a comunidade se identificam no enfrentamento não só dos desafios escolares imediatos, mas dos graves problemas sociais vividos na realidade brasileira. (BRASIL, 2004, p. 38).

Com base no que consiste envolver o Conselho Escolar nas ações e decisões da escola e proporcionar a integração dos saberes locais ao currículo escolar, fomenta o enriquecimento da articulação entre escola e comunidade.

A intervenção na escola para a reelaboração do documento foi desenvolvida em quatro etapas e pautada em várias estratégias pedagógicas, tendo como foco ouvir, interagir e decidir coletivamente.

Inicialmente, com o intuito de levar a comunidade escolar apropriar-se do PPP e de fazê-la enxergar-se no processo, foram realizadas reuniões envolvendo todos os segmentos da escola com objetivo de disseminar a ideia de construção coletiva e participação ativa na reelaboração do PPP, posteriormente essas reuniões se deram por segmento, com a finalidade de assegurar a intimidade de cada um com relação à função socioeducativa da escola. Essa intimidade foi se aprofundando à medida que os mesmos foram se apropriando do documento e desenvolvendo uma análise crítica acerca da real aplicabilidade do PPP em estudo no dia-a-dia pedagógico da escola.

A cada etapa de construção da identidade escolar, expressava-se a efetiva disponibilidade da comunidade escolar em contribuir na reelaboração de um documento que, de fato, retratasse a necessidade pedagógica da escola envolvida.

Além de reuniões, foram executadas oficinas, palestras, seminários, mesa redonda com estudos de textos relacionados a importância desse documento, onde a possibilidade de discussão e integração se deu de forma harmônica entre os segmentos. No entanto, houve certa resistência por parte dos professores, que por motivos diversos não conseguiram estar presentes em algumas estratégias de estudo da reconstrução do documento e também de alguns pais que se sentiram tímidos em discutir sobre um documento que mal conheciam.

A segunda etapa se deu pela necessidade de dinamizar e unir os segmentos como grupo protagonista na reelaboração do PPP. Isso contemplou a análise do documento já existente, por uma comissão formada por 08 membros dos diversos segmentos da escola. Para a escolha dos representantes de cada segmento, tomamos como base dois representantes por segmento, uma vez que o objetivo era proporcionar a integração do conteúdo com a comunidade escolar e local, realizando, assim, a gestão democrática tão esperada na execução de um Projeto Político Pedagógico.

Depois da análise feita pelos participantes da referida comissão, chegamos ao entendimento de que o antigo documento retratava uma escola de fragilidade democrática, sem perspectiva e tímida no seu fazer pedagógico.

A fragilidade visualizada nas discussões promovidas pelos segmentos e no teor das decisões coletivas demonstrava que o princípio da democracia escolar estava sendo maculado, fato que transformou o PPP em um documento pontual. A fala de uma mãe, membro da comissão, esclarece o quanto a comunidade escolar não fazia parte desse processo democrático.

“Essa escola tem tudo para o meu filho aprender, mas parece sem vida, sem alegria. Às vezes nas reuniões a gente fala alguma coisa, dá ideia para ver se melhora, se os filhos da gente aprendem mais, mas parece que as pessoas não escutam a gente. e me sinto sozinha, mas não deixo de falar!” (mãe de aluno da escola investigada).

Essa fala reflete a vontade e a capacidade que a comunidade escolar tem de contribuir para a melhoria do cotidiano da escola e remonta pensar que uma escola sem vida cidadã é uma escola sem alma e sem identidade democrática. Nesse sentido, pode-se afirmar que:

Para a compreensão da gestão democrática como direito de participação, precisamos antes, entender a escola como uma instituição social que, de acordo com a nossa legislação tem como função primeira a formação de cidadãos para participar conscientemente da sociedade em que vivem. Assim, para que a escola possa dar essa formação, ela precisa vivenciá-la no seu interior de forma concreta. (OLIVEIRA, 2006, p. 1).

A terceira etapa proporcionou à comunidade escolar entender o processo de elaboração do PPP com participação coletiva através de reuniões, oficinas, seminários, mesa redonda que ocorreram mensalmente e usou o próprio documento da escola como matéria prima na construção da reelaboração do documento democrático. O fortalecimento da comunidade escolar tornou-se visível, pois havia integração dos grupos buscando construir um documento que, de fato, fosse o norteador do fazer pedagógico da escola. Dessa forma, a vida e a identidade da escola passaram a ter a alma da sabedoria e a integração coletiva da vivência democrática escolar, demonstrada através de inúmeras falas desses segmentos. Como enfatizado por um estudante da Educação de Jovens e Adultos:

“A nossa escola está nos ouvindo me sinto tão importante em saber que a minha sugestão e a dos meus colegas irão fazer parte do dia a dia da escola. É muito bom quando o que nós alunos falamos é levado a sério. Nós queremos que a nossa melhore!”. (Estudante do 1º Segmento da EJA da escola investigada).

A fala acima expressa a voz de um segmento representado por indivíduos capazes de contribuir para a melhoria de sua própria aprendizagem e daqueles que também dependem da escola para transformar suas vidas. Tudo isso enfatiza o valor de saber ouvir,

de refletir, de discutir e de agir, ouvindo a alma humana da escola, fato que caracteriza a necessidade de se construir um documento com identidade cidadã.

Na quarta etapa, o planejamento para reelaboração contemplou a participação de todos os segmentos que no calor das discussões, análises e debates foi tomando vida e se constituindo de acordo com o pensamento de todos os que se dispuseram a contribuir. A disposição e a união dos envolvidos nesse processo de reelaboração do documento tiveram significado ímpar no papel social da escola pública. Sendo assim,

A escola pública poderá, dessa forma, não apenas contribuir significativamente para a democratização da sociedade, como também ser um lugar privilegiado para o exercício da democracia participativa, para o exercício de uma cidadania consciente e comprometida com os interesses da maioria socialmente excluída ou dos grupos sociais privados dos bens culturais e materiais produzidos pelo trabalho dessa mesma maioria. (BRASIL, 2004, p. 20).

Diante do exposto, a escola pública de forma abrangente caminha na direção de uma gestão democrática, que garanta à comunidade escolar e local um lugar de relevância nas tomadas de decisões e no cenário de mudança, com vistas à integração e à participação social.

As etapas elencadas acima iniciaram o processo pela busca da identidade democrática da escola, cuja sequência tornou-se um ciclo e cabe ressaltar, que está sob a responsabilidade da gestão entendida como democrática. O exercício de pensar o ambiente escolar como espaço de tomada de decisões coletivas sugere que a efetivação do PPP na perspectiva de participação de todos contribui de forma significativa na afirmação sócio cultural tanto da comunidade escolar quanto comunidade local. Nessa perspectiva,

[...] um dos problemas apontados é o de que as escolas, como estão organizadas hoje, estão invariavelmente destituídas de espaço coletivo e democrático. Por essa razão, é necessário rever essa organização para permitir a prática da participação e da democracia. [...] as escolas necessitam mudar sua organização de trabalho, seu espaço de ação para a construção de um Projeto Político Pedagógico - PPP coletivo. (OLIVEIRA, 2006, p. 2).

As dificuldades encontradas pela escola para efetivar o processo de reconstrução coletiva do PPP se apresentam como entraves para o desenvolvimento da escola. Romper com os fatores que implicam neste problema vai além do desempenho de cada segmento e necessita de um direcionamento para a visão dos resultados alcançados de forma coletiva.

Nessa perspectiva, o Conselho Escolar se apresenta como uma ferramenta potencial no que concerne à participação dos segmentos escolares na busca por melhorias educacionais. Contemplar o conhecimento de cada segmento e possibilitar que seja algo a contribuir para uma escola aberta às contribuições dos atores que dela fazem parte é um desafio inerente à proposta de mudança no fazer pedagógico.

Paro (2007) traz a percepção de Conselho Escolar enquanto um mecanismo com atribuições pertinentes no processo coletivo de tomada de decisão e afirma que:

De todos os mecanismos de ação coletiva na escola, o mais acionado e o que mais suscitou polêmicas, expectativas e esperanças nas últimas décadas foi o conselho de escola. [...] Em parte por isso, os conselhos escolares tiveram uma importante difusão pelos diversos sistemas de ensino no país e se mantêm como objeto constante de reivindicação daqueles que não se contentam com as relações heteronômicas e com as desigualdades de direitos vigentes na instituição escolar. (PARO, 2007, p. 2-3)

Diante da prerrogativa de romper com a tomada de decisão individual dentro da escola, o Conselho Escolar ainda é entendido por gestores escolares como um instrumento que enfraquece a autoridade desses. Por isso, ainda se torna perceptível a resistência à inserção da gestão democrática no ambiente escolar. Para desmistificar tal conflito, é importante ressaltar que os conselhos escolares são definidos como:

Órgãos colegiados compostos por representantes das comunidades escolar e local, que têm como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas, financeiras, no âmbito da escola. Cabe aos Conselhos, também, analisar as ações a empreender e os meios a utilizar para o cumprimento das finalidades da escola. Eles representam as comunidades escolar e local, atuando em conjunto e definindo caminhos para tomar as deliberações que são de sua responsabilidade. Representam, assim, um lugar de participação e decisão, um espaço de discussão, negociação e encaminhamento das demandas educacionais, possibilitando a participação social e promovendo a gestão democrática. São, enfim uma instância de discussão, acompanhamento e deliberação, na qual se busca incentivar uma cultura democrática, substituindo a cultura patrimonialista pela cultura participativa cidadã. (BRASIL, 2004 p. 34-35).

Um Conselho Escolar atuante significa que a escola tem identidade própria. Com isso, o enriquecimento das atividades pedagógicas tende a favorecer o sucesso escolar e se tornar visível aos olhos da comunidade escolar e local. Então, esse colegiado participou de todo o processo de reelaboração do documento, com registros de sua contribuição caracterizada como significativa para o fazer pedagógico do cotidiano escolar. Como se pode observar o Conselho Escolar fortalece a gestão democrática, e não o contrário, como pensam alguns gestores.

CONCLUSÃO

Entendendo a escola como espaço de vivência social, no qual o fazer pedagógico se mistura a inúmeras relações e emoções do cotidiano de cada ser humano que nela está inserido, afirma-se que a reelaboração desse documento de essência democrático-pedagógica, firmou um elo de fortalecimento da convivência escolar. Nele, todos os que fazem a escola, enxergam-se como protagonistas da transformação social, sendo este espaço contribuinte, de fato, da realização do sonho de ser integralmente humano.

A escola com certeza enobrece o ser em sua essência humana. Isso se dá, quando a democracia do seu fazer pedagógico permeia seus espaços e nesse sentido, uma análise para reflexão do cotidiano escolar, faz-se necessária. A essencialidade da integração entre escola e comunidade, traz à tona um diálogo emergente, no sentido de ampliar os horizontes do currículo escolar rumo a uma aprendizagem focada na superação dos obstáculos, imputados a ela através das questões sociais.

Diante do exposto, cabe à escola conhecer, entender e se apropriar do seu papel social, no que consiste em limites e possibilidades na sua atuação dentro de seu contexto real perante a comunidade. O que insere o Conselho Escolar no processo de interação e como órgão representativo dos segmentos, faz dele um colegiado responsável pela articulação dos interesses propostos por cada um, dentro e fora da escola.

Dessa forma, zelar pelo cumprimento de suas funções, contribuir para reestruturação do ambiente educativo, promover diálogos promissores para as ações pedagógicas, disseminar a participação na tomada de decisão, são premissas inerentes à gestão democrática e, por conseguinte, cabíveis ao Conselho Escolar. Possibilitar à comunidade escolar e local a participação na reelaboração do PPP da escola investigada demonstra, nesse estudo, a viabilidade e a capacidade de efetiva atuação dos segmentos que compõem a escola.

Portanto, perceber a escola enquanto instituição social sugere garantir que o conhecimento perpassa pela funcionalidade das ações individuais e coletivas, supere os desafios do cotidiano e direcione o fazer pedagógico para além dos muros que separam comunidade e escola e rumo a uma educação de qualidade social e de uma sociedade justa e igualitária.

Vivenciado momentos de interação e participação social no qual resultou no Projeto Político Pedagógico da escola investigada no qual acredito ser suporte essencial no desenvolvimento da mesma, deixamos uma meditação para o nosso cotidiano profissional, criada para este estudo, com fins de, por meio da poesia, refletir o sentimento de realizar um trabalho coletivo, como deve ser pensado o fazer da escola:

“Era apenas uma casa diferente, assim eu pensava. Passava por lá todos os dias, via a felicidade fluir sobre os arredores dela, a magia da sabedoria humana, a inquietação no desejo de aprender, de refletir e de dividir era alma daquela casa. O amor incondicional se fazia presente naquele lugar, então eu pensei que aquela casa poderia fazer parte da minha vida. Eu não conhecia algo assim e me fiz convidar a entrar naquele espaço. Entrei,

deparei-me com muitas crianças, adolescentes e adultos numa relação mútua de saberes onde o prazer de aprender uns com os outros me fez sentir sol que ilumina a humanidade sem pedir algo em troca. Fiquei intacta, refleti e deslumbrada perguntei a uma senhora que estava servindo merenda, como se chama este lugar no qual eu estou tomada pela sabedoria do conhecimento e na partilha do amor? A senhora deu um sorriso e me falou ao ouvido, este lugar se chama **ESCOLA**. Aqui você passa a fazer parte da magia da aprendizagem e se torna algo que jamais poderá ser destruído, porque você vai levar dentro de si a infinita beleza de ser das estrelas que nunca param de brilhar. Ali fiquei e me fiz constelação aos milhares de estrelas, parte da casa **ESCOLA**”.

Assim, como consequência do trabalho desenvolvido na escola, alguns resultados já aparecem de forma significativa, como a introdução da música e de jogos lúdicos no ensino da matemática, roda de leitura com diferentes gêneros textuais e sarau literário nas aulas de Língua Portuguesa, dentre outros.

REFERÊNCIAS

DOURADO, Luiz Fernando; MORAES, Karine Nunes; OLIVEIRA, João Ferreira. Gestão escolar democrática: definições, princípios e mecanismos de implementação. **IN: Políticas e gestão na educação.** Disponível em:

http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4sala_politica_gestao_escolar/pdf/texto2_1.pdf

Acesso: 26/06/2015, às 19h26.

DOURADO, Luiz Fernando. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **IN: Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007 921. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso: 26/06/2015, às 15h35min.

GUIMARÃES-IOSIF, R. **Educação, Pobreza e desigualdade no Brasil**: impedimentos para a cidadania global emancipada. Brasília: Liber Livro, 2009.

BRASIL. **Fortalecimento dos Conselhos Escolares: Democratização da Escola e Construção da Cidadania**. Ministério da Educação. Vol.01. Brasília, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad1.pdf Acesso: 15/04/2016 às 17h27min.

OLIVEIRA, Silvana Barbosa de. **Gestão democrática e a construção do projeto político pedagógico: um desafio para intervenção**. Curitiba: Seed, 2006. Disponível em:

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/680-4.pdf>.

Acesso:

03/04/2016, às 14h16min.

PARO, Vitor Henrique. **Estrutura da escola e prática educacional democrática**. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 30, 2007, Caxambu. **Anais**: 30 anos de pesquisa e compromisso social. Rio de Janeiro: ANPEd, 2007. Disponível em: <http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT05-2780--Int.pdf> Acesso: 02/03/2016, às 15h21min.

RIOS, Terezinha. “Significado e pressupostos do projeto pedagógico”. **IN: Série Idéias**. São Paulo, FDE, 1982.

SAVIANI, Dermeval. “Para além da curvatura da vara”. In: **Revista Ande** n° 3. São Paulo. 1982.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org). **Projeto Político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 14ª edição. Papirus. 2002. Disponível em: <http://pep.ifsp.edu.br/wp-content/uploads/2015/01/PPP-uma-constru%C3%A7%C3%A3o-coletiva.pdf> Acesso:

06/04/2016, às 17h09min.